

# A CFEM E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Maria Amélia Enríquez  
(amelia@ufpa.br)



# Roteiro da Apresentação

1. A CFEM – base de incidência, alíquotas  
critérios de uso
2. Possibilidades e Limites do Uso  
Sustentável da CFEM no contexto do  
desenvolvimento regional





# A CFEM – legislação atual

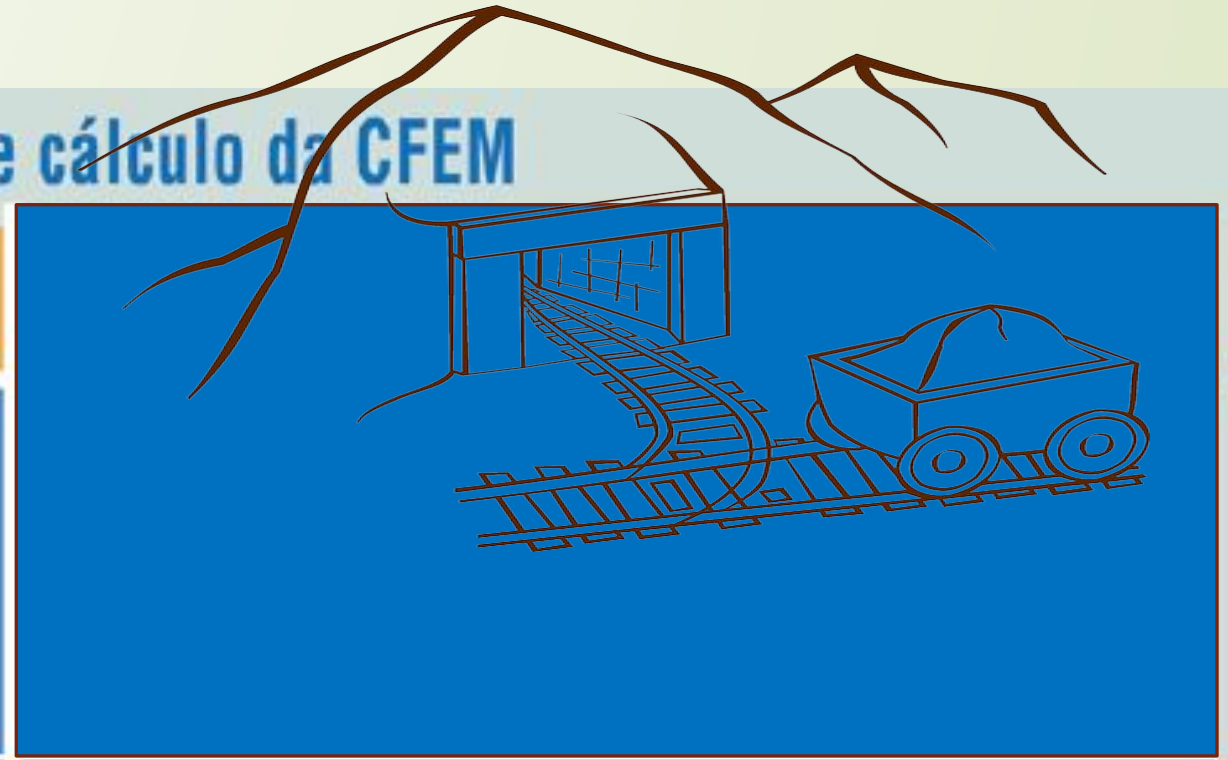
- As mudanças na legislação – Lei 13.540/2017;
- 

# As mudanças na legislação – BASE DE CÁLCULO

## Mudança na base de cálculo da CFEM

### COMO ERA ANTES (Lei nº 8.001/1990)

A CFEM era calculada em cima do **FATURAMENTO LÍQUIDO**, que correspondia ao valor da venda do bem mineral (preço x quantidade), subtraídos os custos com transportes, os impostos e o seguro de vendas.





# As mudanças na legislação – BASE DE CÁLCULO

## Mudança na base de cálculo da CFEM

### COMO ERA ANTES (Lei nº 8.001/1990)

A CFEM era calculada em cima do **FATURAMENTO LÍQUIDO**, que correspondia ao valor da venda do bem mineral (preço x quantidade), subtraídos os custos com transportes, os impostos e o seguro de vendas.

### COMO FICOU? (Lei nº 13.540/2017)

A CFEM passa a ser calculada em cima da **RECEITA BRUTA DE VENDAS**, que corresponde valor venda do bem mineral (preço x quantidade), subtraídos apenas os impostos pagos na comercialização.

# As mudanças na legislação – ALÍQUOTAS

## COMO ERA ANTES (Lei nº 8.001/1990)

Havia 04 faixas de alíquotas, sendo que a menor era de 0,2% e a maior era de 3%, a depender do bem mineral.

**0,2%** pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres;

**1%** ouro, quando extraído por empresas mineradoras, isentos os garimpeiros;

**2%** ferro, fertilizante, carvão e demais substâncias minerais;

**3%** minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio.



# As mudanças na legislação – ALÍQUOTAS

## COMO ERA ANTES (Lei nº 8.001/1990)

Havia 04 faixas de alíquotas, sendo que a menor era de 0,2% e a maior era de 3%, a depender do bem mineral.

**0,2%** pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres;

**1%** ouro, quando extraído por empresas mineradoras, isentos os garimpeiros;

**2%** ferro, fertilizante, carvão e demais substâncias minerais;

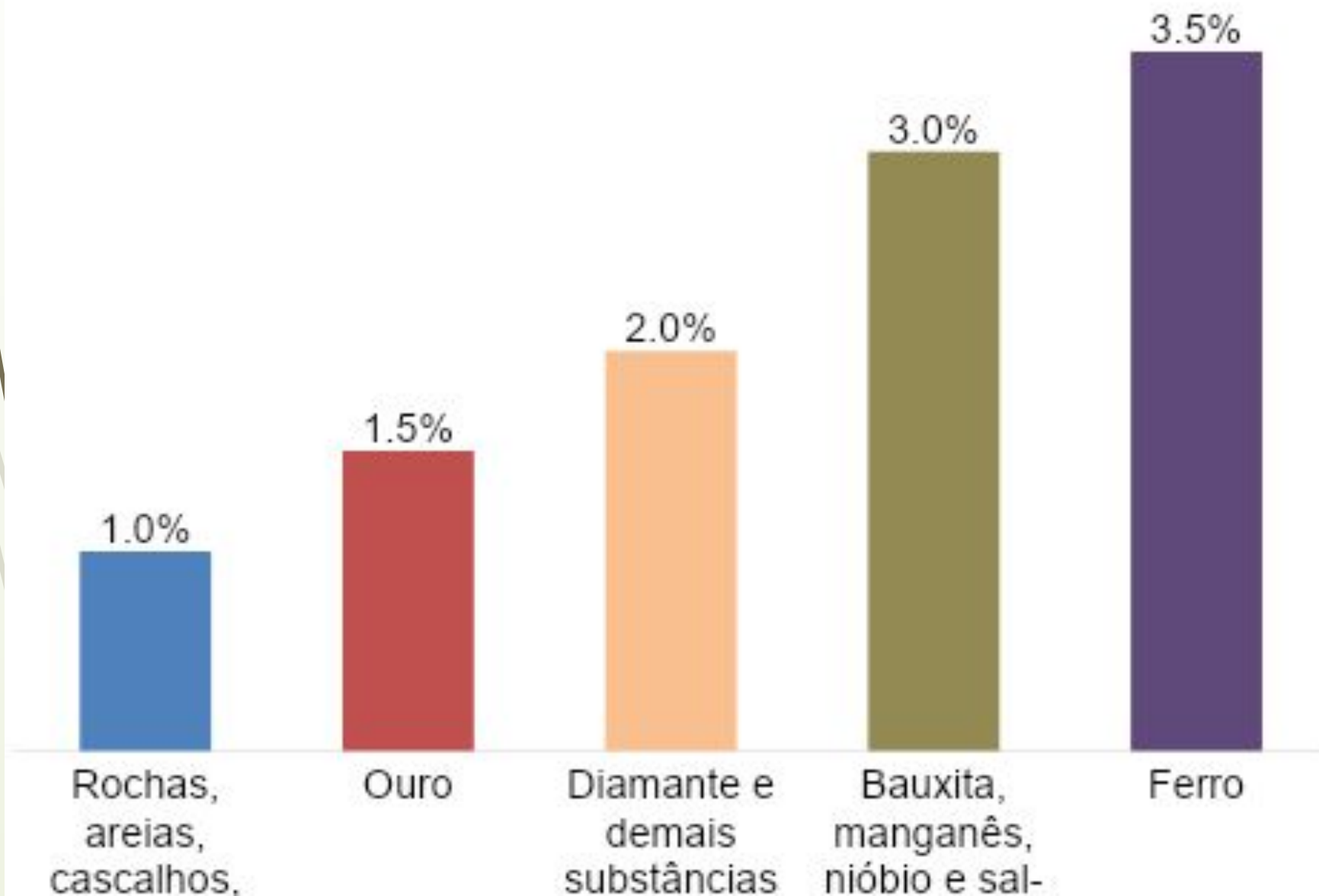
**3%** minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio.

## COMO FICOU? (Lei nº 13.540/2017)





# Há cinco faixas de alíquotas

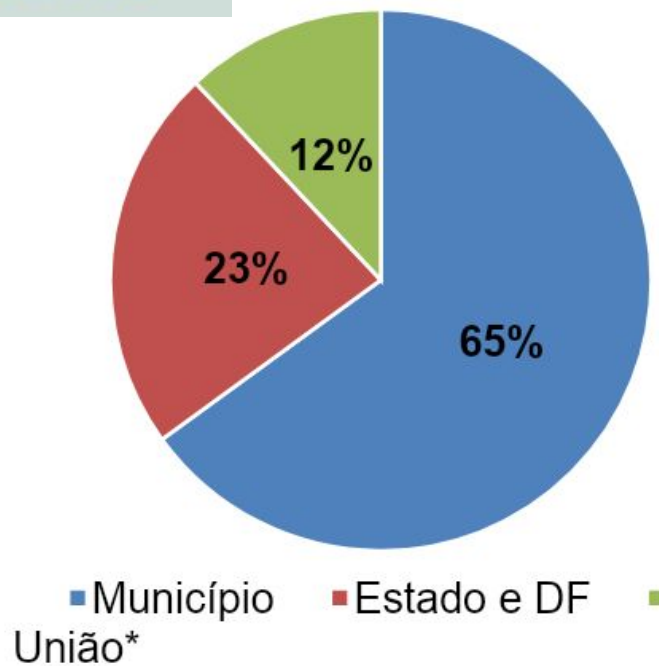




# As mudanças na legislação – distribuição

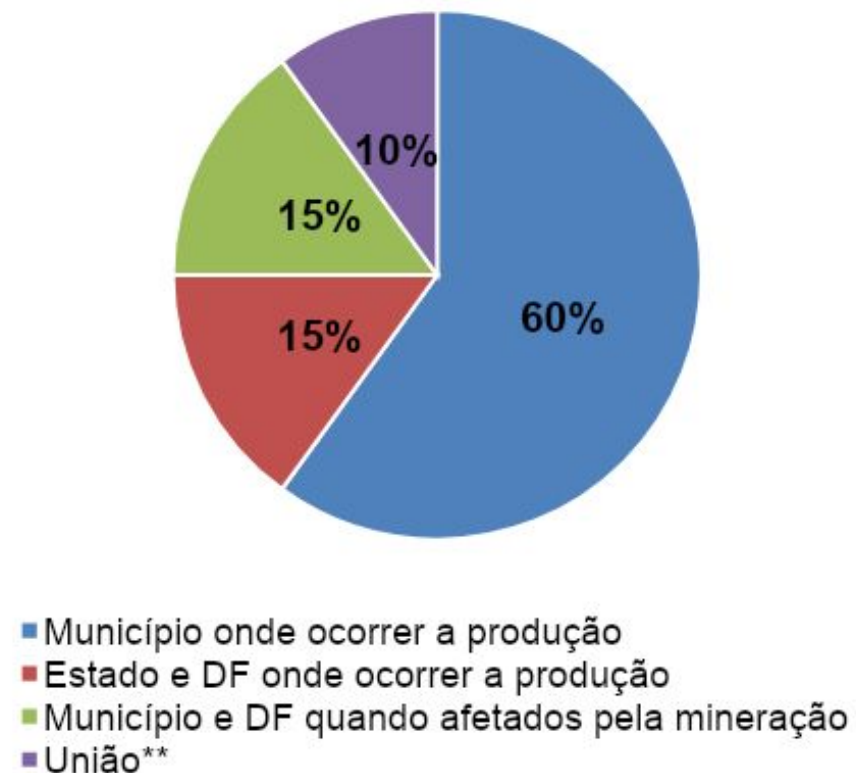
**COMO ERA  
ANTES?**

Lei 8.001/1990



**COMO  
FICOU?**

Lei 13.540/2017



# As mudanças na legislação – REGRAS DE USO

## COMO ERA ANTES (Lei nº 8.001/1990)

Art. 8 (...) vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal.

Pontua as proibições do uso da CFEM.

# As mudanças na legislação – REGRAS DE USO

## COMO ERA ANTES (Lei nº 8.001/1990)

Art. 8 (...) vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal.

Pontua as proibições do uso da CFEM.

## COMO FICOU? (Lei nº 13.540/2017)

§ 6o (...) serão destinados, preferencialmente, pelo menos 20% (vinte por cento) de cada uma dessas parcelas para atividades relativas à **diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico.**

Define percentuais para usos específicos.



**Art. 2 §13 - “Anualmente, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios tornarão públicas as informações relativas à aplicação das parcelas da CFEM a eles destinadas, na forma estabelecida na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, de modo a se ter absoluta transparência na gestão dos recursos da CFEM”**





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

[Ver no Diário Oficial](#)

**LEI COMPLEMENTAR Nº 133, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020**  
DOE Nº 34398, DE 09/11/20

[Alterada pela Lei Complementar nº145, de 2022, com efeitos retroativos a contar de 10 de dezembro de 2021](#)

Trata sobre a destinação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no Estado do Pará.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Dos recursos da compensação financeira pela Exploração de recursos Minerais (CFEM), destinada ao Estado do Pará, ficam reservados, preferencialmente, pelo menos 20% (vinte por cento) a serem aplicados em atividades relativas à diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico, conforme prevê o inciso v do §6º do art. 2º da lei federal nº 8.001, de 13 de março de 1990.

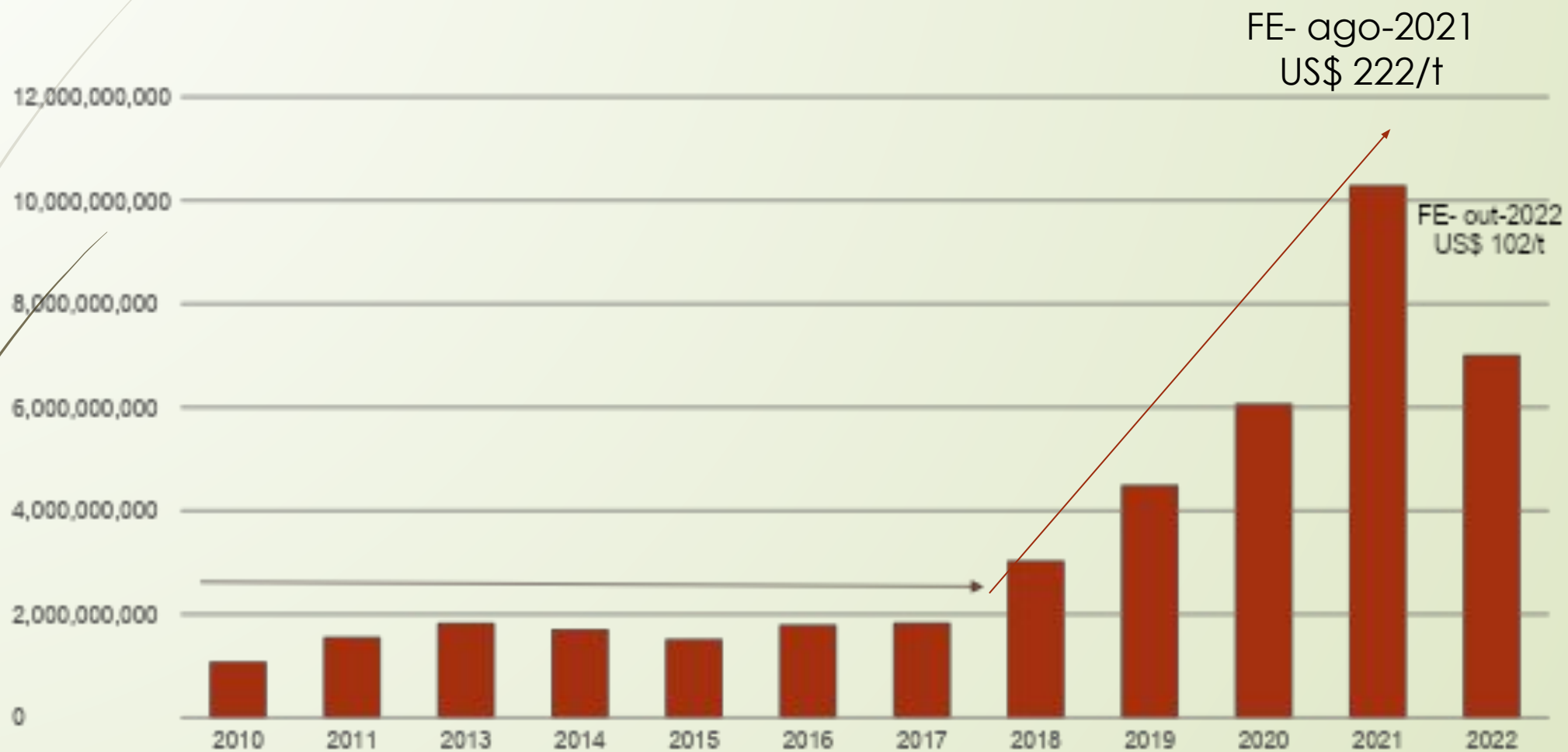
\*O artigo 1º foi alterado pela Lei Complementar nº 145, de 29 de março de 2022, publicada no DOE nº34.913, de 30/03/2022.

\*A redação anterior continha o seguinte teor:

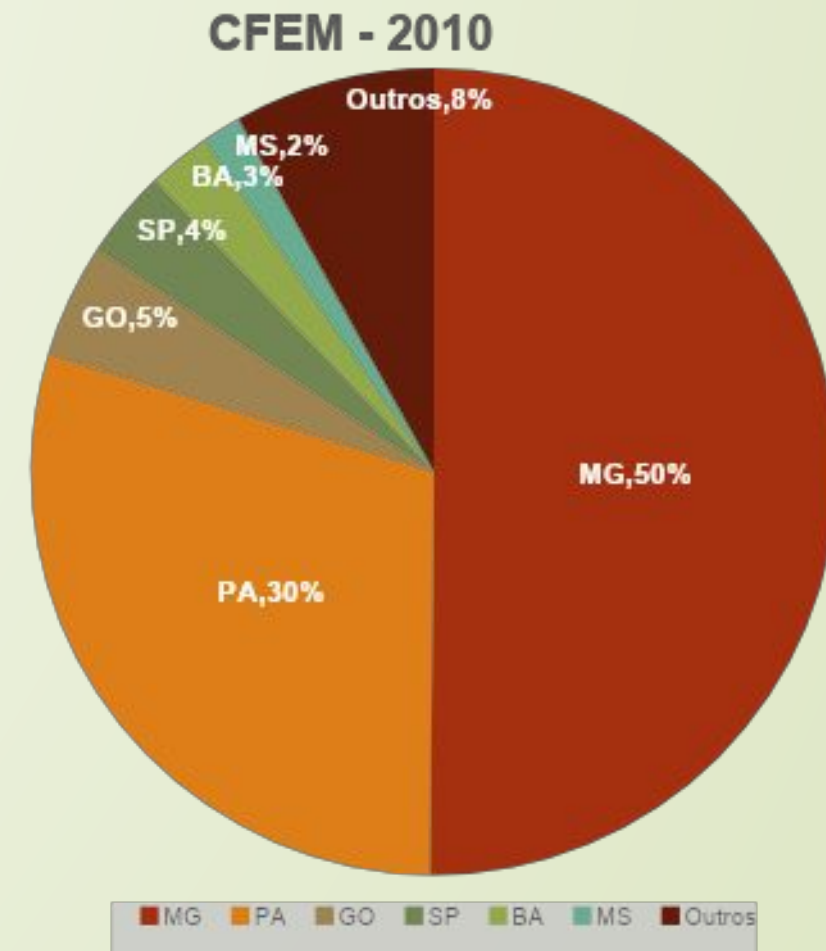
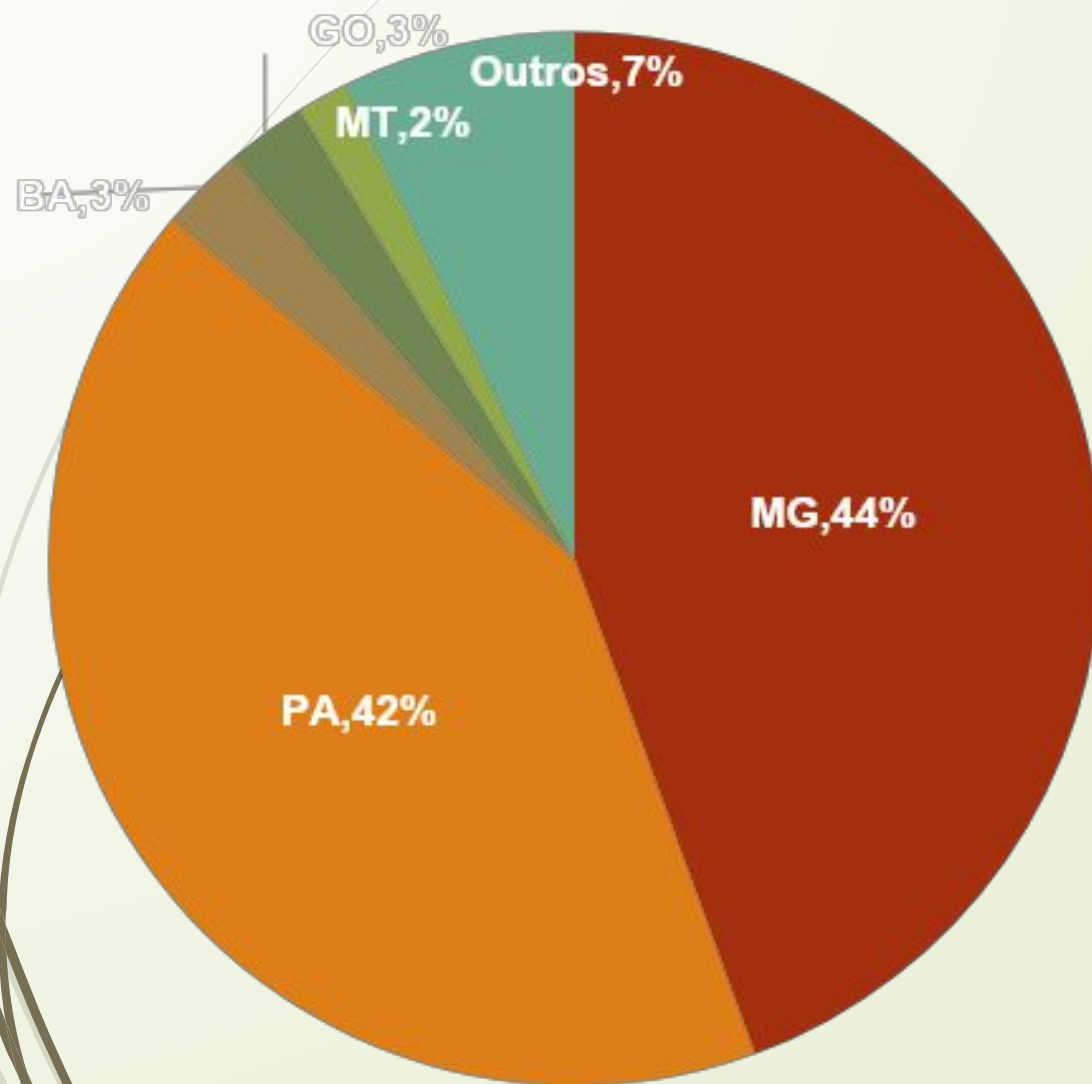
Dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), destinada ao Estado do Pará, ficam reservados pelo menos 20% (vinte por cento) a serem aplicados em atividades relativas à diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico, conforme prevê o inciso V do §6º do art. 2º da Lei Federal nº 8.001, de 13 de março de 1990.



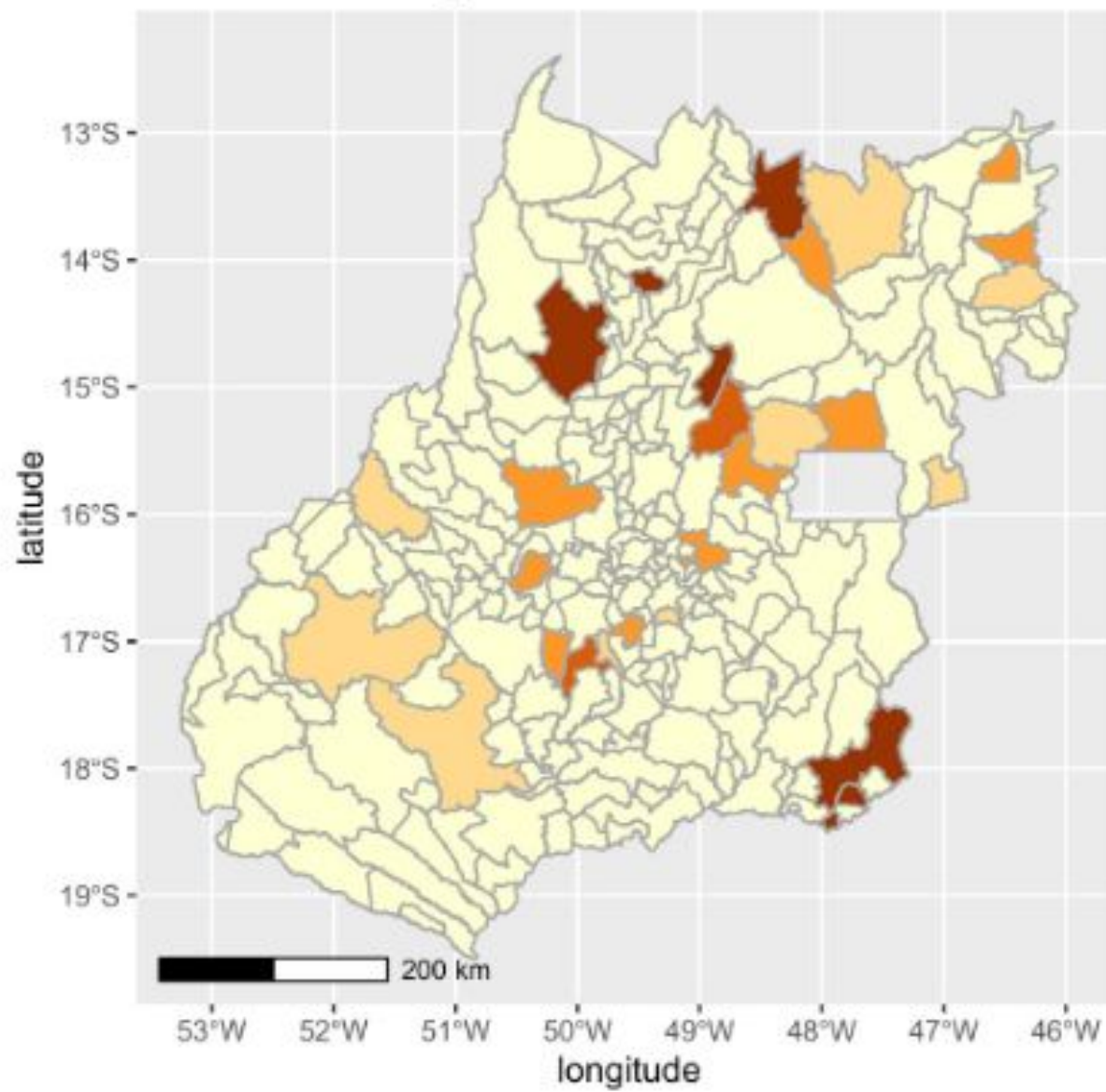
# Arrecadação da CFEM – 2010-2022



# Distribuição da CFEM - 2022



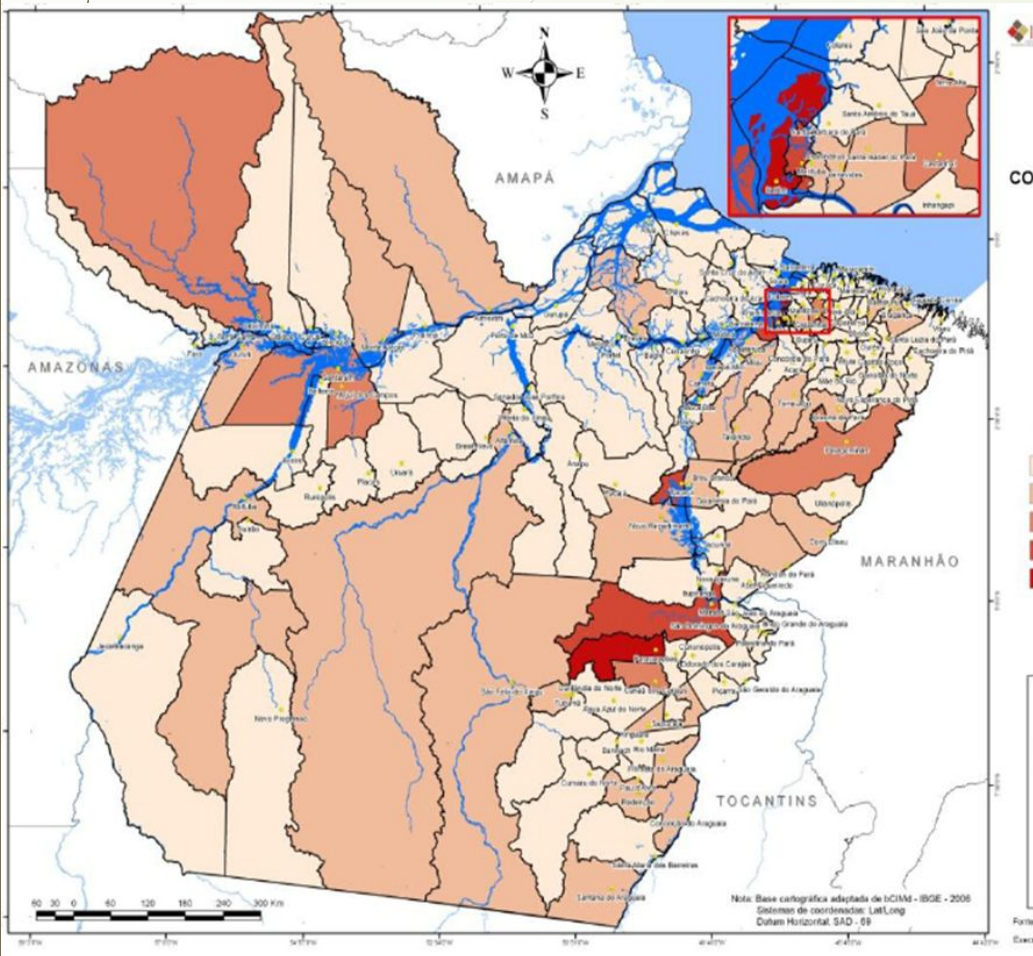
## Arrecadação de CFEM em 2022 - GO



Município	Valor_CFEM2022 R\$ 1.000,00
Alto Horizonte	49.250
Barro Alto	24.186
Catalão	18.662
Ouidor	15.939
Minaçu	12.838
Crixás	12.775
Indiara	6.480
Vila Propício	6.322
São Luís De Montes Belos	2.004

Arrecadação de CFEM em R\$ 0 - 0.5m 0.5m - 1m 1m - 5m 5m - 10m > 10m


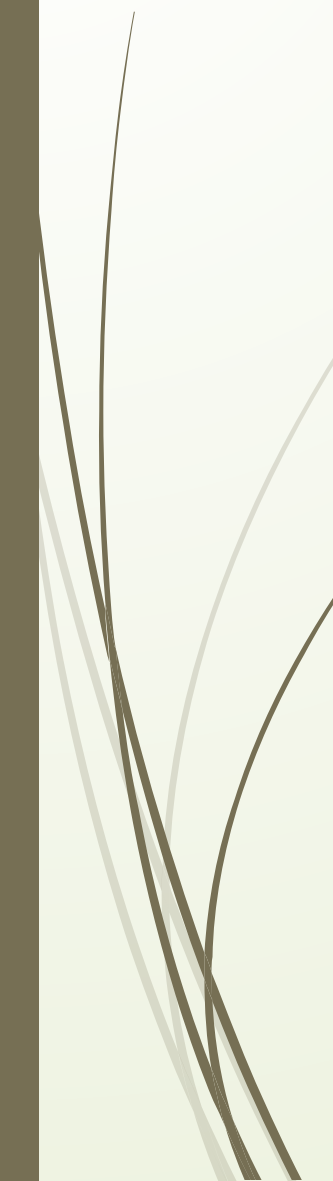
# Estado do Pará – CFEM - municípios arrecadadores



Elaboração: IDESP.

	Município	CFEM
1	PARAUAPEBAS - PA	1.385.101.594,96
2	CANAÃ DOS CARAJÁS - PA	1.060.669.068,24
3	MARABÁ - PA	144.771.757,91
4	ITAITUBA - PA	59.568.396,05
5	PARAGOMINAS - PA	65.151.601,06
6	CURIONÓPOLIS - PA	60.094.796,88
7	TERRA SANTA - PA	39.925.746,83
8	JURUTI - PA	27.787.465,30
9	ORIXIMINÁ - PA	22.883.862,96
10	IPIXUNA DO PARÁ - PA	16.333.343,71
11	CUMARU DO NORTE - PA	8.588.623,73
12	NOVO PROGRESSO - PA	7.542.208,72
13	ÁGUA AZUL DO NORTE - PA	8.178.085,62
14	SANTA MARIA DAS BARREIRAS - PA	4.521.438,94
15	FLORESTA DO ARAGUAIA - PA	6.682.597,12
16	SÃO FÉLIX DO XINGU - PA	2.570.824,58



- 
- 
- Para além de um simples compensação, a CFEM é uma ferramenta importante para promover o desenvolvimento regional, porém requer:
    - Boa governança pública
    - Estratégia de desenvolvimento regional

# Papel decisivo da Governança Pública

governança pública

boa governança



ausência de boa governança

Converte a renda mineral em capital social, econômico e humano

Potencializa externalidades positivas, garantindo qualidade de vida e padrões sustentáveis

Gerencia impactos socioambientais e contribui para que a mineração potencialize benefícios

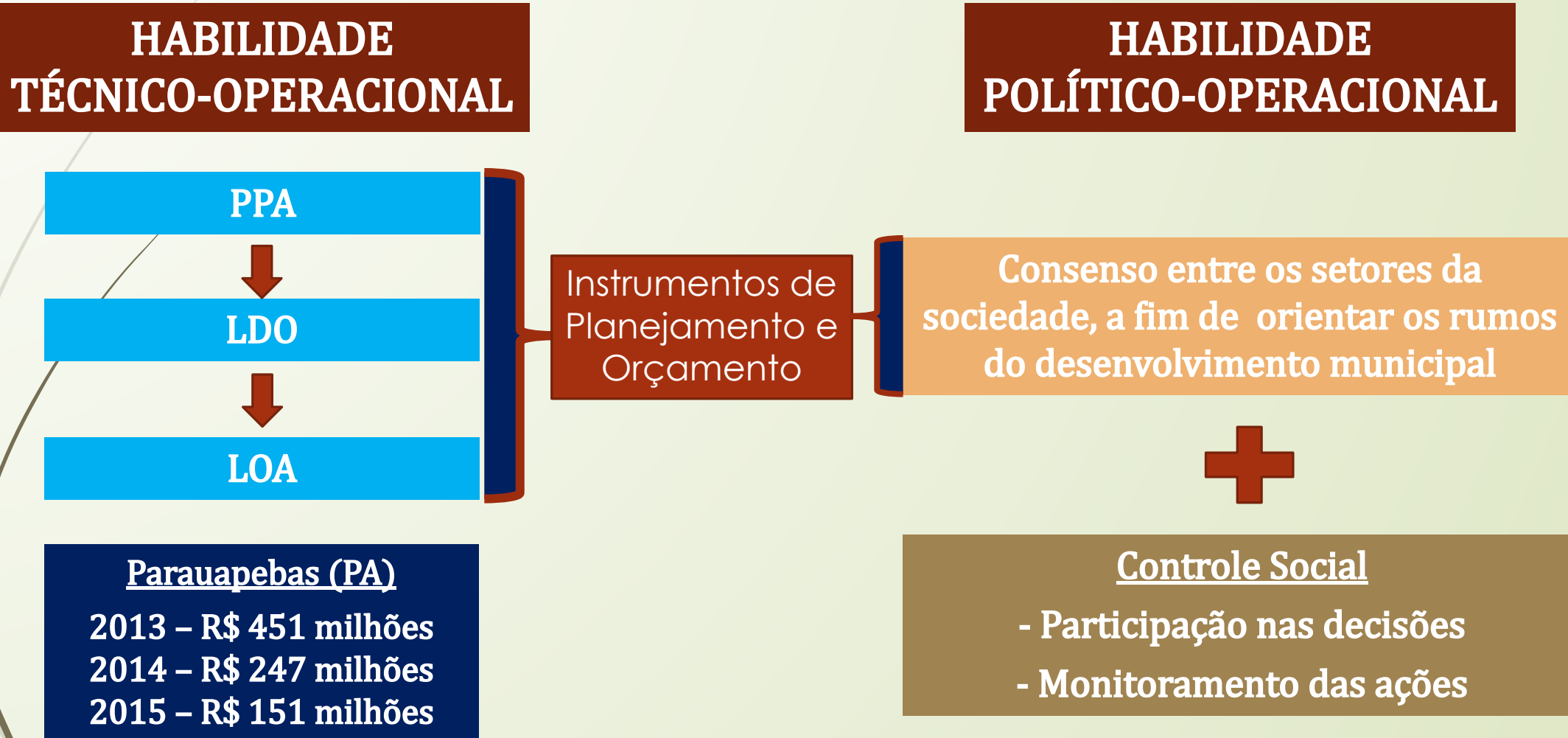
Provoca o vazamento de rendas em benefício pessoas ou de grupos

Desperdiça recursos e impede o florescimento de novas oportunidades

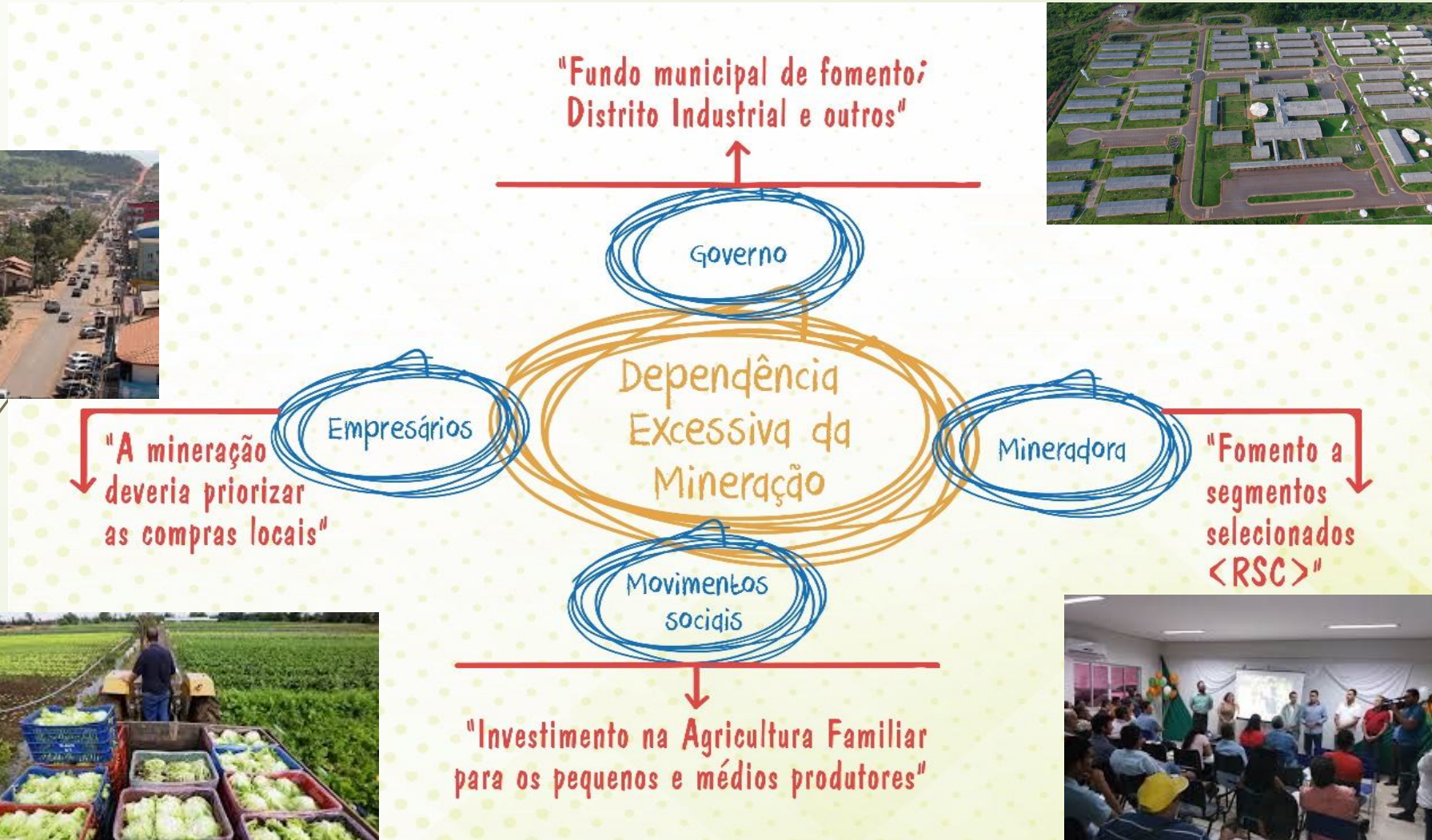
Viola direitos humanos e promove degradação ambiental

MALDIÇÃO DOS RECURSOS

# O planejamento e o bom uso da cfem



# Consenso e Propostas para diminuição da dependência à mineração – Canaã dos Carajás, 2018





# Características da mineração- tendências e antídotos à Maldição dos Recursos



Principais Características da Mineração	Tendencia à Maldição dos Recursos	Políticas para contrarrestar a Maldição
<b>I- Rigidez locacional</b>	Competição pelo uso do território e impactos ambientais em áreas sensíveis.	Zoneamento ecológico e econômico – criação de áreas permitssíveis e de proteção integral: No go zones.
<b>II- Não renovabilidade das jazidas</b>	Fraca geração de receitas públicas, insuficientes para transformar a riqueza natural em investimentos e capital físico e humano.	Planejamento regional e priorização de gastos para gerar riqueza alternativa que substitua o patrimônio consumido, além de diversificação econômica.
<b>III- Atividade capital-intensiva</b>	Gera poucos empregos e, portanto, pouca renda pela via salarial.	Ampliação de oportunidades de empregos indiretos e induzidos no território, por intermédio de novos negócios, bem como o fomento às políticas de conteúdo local.
<b>IV - Atividade sujeita ao ciclo da mineração - boom and bust</b>	Volatilidade da receita pública e consequente vulnerabilidade socioeconômica.	Criação e boa gestão de Fundos de Equalização e Desenvolvimento.
<b>V- Atividade sujeita a conflitos sociais provocados por disputas pelos recursos naturais</b>	Aumento da pobreza e agravamento das desigualdades.	Ampliação de oportunidades para o uso e ocupação do território.
<b>VI - Atividade com potencial de desencadear conflitos distributivos</b>	A forte pressão para minimizar gastos com impostos gera concentração da renda mineral e iniquidade fiscal.	Implantação de Reforma Tributária para garantir equitativa repartição de benefícios.
<b>VII -Atividade que pode induzir comportamento <i>rent seeking</i> dos agentes públicos em regiões de mineração</b>	Corrupção, superfaturamentos, desvios de recursos que deveriam ser destinados a políticas públicas.	Transparência; Accountability, e Participação Social – “Troika TAP” e “Troika TAP plus”.
<b>VIII - Atividade sujeita com potencial de gerar alto impacto ambiental em sua fase extrativa</b>	Desequilíbrio ecológico e impactos ambientais que afetam a região mineradora e seu entorno imediato e não imediato.	Fortalecimento institucional, com aprimoramento do regramento legal e dos mecanismos de enforcement. Mecanismos Financeiros para fechamento de mina.



Visions to SDGs in Mining Territories

Leveraging the mining sector to support the SDGs and Paris Agreement in mining communities and territories

## GOVERNANCE OF LONG-TERM CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN MINING OPERATIONS AND MINING TERRITORIES



**RENATO CIMINELLI**  
Geopark Quadrilátero  
Ferrofero & SDSN  
Member (Moderator)



**ADAN OLIVARES CASTRO**  
Initiative for  
Responsible Mining  
Assurance (IRMA)



**MARIA AMÉLIA  
ENRÍQUEZ**  
Universidade Federal  
do Pará (UFPA)

11:00 AM - 12:00 PM EDT

**JULY | 12<sup>th</sup> | 2023**

Mining operations and regions face many governance challenges. One is the tension between the short-term objectives of communities, governments, and stakeholders, and the longer-term objectives of mining sites (discovery through production), the SDGs, and the Paris Agreement. Join us for a conversation about solutions and opportunities around governance, and how addressing risks early can maintain competitiveness.

**Inscreva-se!**


# CONCLUSÕES 1/2

1. A nova CFEM, juntamente com o aumento da extração mineral, tem possibilitado um grande crescimento da CFEM para os municípios produtores.
2. A CFEM per capita passou de R\$ 1 bi , em 2010, para R\$ 10 bi, em 2021.
3. A Nova Legislação da CFEM exige **absoluta transparência do uso**.
4. Isso requer tanto melhor capacidade técnico operacional, quanto habilidade política para traduzir os anseios da sociedade em peças orçamentárias e em ações efetivas.
5. No entanto, se há consenso quanto à dependência excessiva do município em relação à mineração, não há consenso quanto à maneira de superar este desafio e, por conseguinte, do uso da CFEM.

# CONCLUSÕES FINAIS 2/2

6. Apesar de algumas tentativas tímidas de promover uma agenda de desenvolvimento local, cada Ente tem corrido em “raia própria”.
7. Todavia, por mais forte que seja o Ente , ele sozinho não consegue promover o desenvolvimento municipal em uma perspectiva de sustentabilidade.
8. A CFEM e o bom planejamento de seu uso representa uma oportunidade única para construção de diálogos entre o governo e os atores sociais, inclusive a mineradora, fortalecendo a construção de elos e contribuindo para edificação das bases da sustentabilidade do desenvolvimento regional.





A maldição dos recursos não é  
um destino é uma escolha

Grata pela atenção!